

A chamada para a seção Fórum da presente edição da Revista Novos Debates convocou pesquisadores cujos trabalhos estão alocados nas interfaces entre gênero, orientação sexual e a educação ou as políticas de inclusão social. Nosso objetivo era reunir reflexões sobre os embates envolvendo a inclusão de gênero e orientação sexual como temáticas dos Planos Estaduais e Municipais de Educação em todo o Brasil. Agregadas a elas estão questões ligadas ao pânico moral instalado pelas bancadas conservadoras e os vetos ocorridos após a exclusão dessas temáticas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Embora estes ocorridos tenham servido como um gatilho para inspirar a convocação por colaboradores, a perspectiva mais ampla sobre a alteridade ou *queerness* em contextos educacionais era um pano de fundo da reflexão que acabou por vir ao proscênio.

O texto *Escola, política, família e religião: disputas em torno da chamada “ideologia de gênero”*, de Rubens Mascarenhas Neto e Vinícius Zanoli, aborda diretamente a retirada dos termos “gênero” e “orientação sexual” dos Planos Municipais de Educação no contexto da cidade de Campinas. Os autores demonstram como os defensores de tal iniciativa acionaram argumentos de fundo cientificista, ainda que instigados por uma lógica, mas não argumentos, de fundo religioso e com pouca atenção a uma acuidade ou fidelidade teórica – que fica explícita na construção da ideia de “ideologia de gênero”, colocada em oposição à “teoria da evolução”. O artigo apresenta ainda um breve relato de campo sobre as audiências de votação da proposta da emenda que proíbe as discussões sobre gênero e sexualidade nas escolas em Campinas.

No texto *E quando o professor “é”?! Notas de Gênero, Alteridade e Educação*, Lucas Gonçalves Brito nos brinda com uma reflexão teórica a partir de uma difícil experiência, através da qual ele demonstra a importância na prática pedagógica das discussões propostas neste Fórum. Como um professor pode lidar com a hostilidade homofóbica de alunos? Uma tarefa já difícil se torna ainda mais desafiadora quando há um silenciamento a tratar destes assuntos didaticamente.

Por fim, o texto *Discutindo diversidade sexual e políticas de igualdade de gênero com estudantes africanos/as no Ceará*, de Francisco Vítor Macêdo Pereira, Violeta Maria de Siqueira Holanda e Carlos Eduardo Bezerra, elaborado a partir de sua experiência no contexto de imigração e de diáspora africana de estudantes do ensino superior no estado do Ceará, tem um caráter mais propositivo de pesquisa sobre como propiciar um diálogo sobre relações de gêneros e de sexualidades.

Gostaria de recobrir alguns temas complementares às discussões promovidas pelos nossos colaboradores, indicando alguns projetos de pesquisa ou reflexões que acho cabíveis mencionar. Um deles é o projeto desenvolvido no Centro Latino-Americano em

Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM/IMS/UERJ) sobre Fundamentalismos^[1], que levanta importantes reflexões sobre o recente protagonismo religioso nas políticas públicas brasileiras – um dossiê sobre a temática será lançado ainda em 2016 em *Sexualidad, Salud y Sociedad* - Revista Latino-Americana, publicada pelo CLAM. Sobressai-se nestas reflexões a relação histórica entre a emergência de um estado laico e “processos ideológicos internos à própria dinâmica religiosa do Ocidente” (Duarte, 2013) que muitas vezes se apagam diante de uma simples dicotomia – que contempla apenas os moldes da ordem jurídica contemporânea, sem atender à dimensão vivida onde religião e política estão ineludivelmente entrelaçadas – entre laico e religioso. Como nos mostra Weber (2004), a religião não é o polo oposto da razão. Concomitante ao conservantismo moral há dogmatismos,

não só religiosos, mas também científicos e políticos. Diferentes formas de determinismo científico, por exemplo, não são estranhas aos discursos tanto contra como de defesa do direito da pessoa à sua identidade sexual, assim como as “terapias de conversão” (a chamada “cura gay”) articulam frequentemente crenças religiosas com noções (pseudo)científicas acerca da orientação sexual (Sívori, 2015)

De fato, este acionamento misto de um discurso religioso combinado a argumentos cientificistas para fundamentar uma oposição à promoção dos direitos sexuais pode ser visto no artigo de Mascarenhas Neto e Zanoli.

Outro projeto também desenvolvido no CLAM, no qual tive uma participação direta, é a pesquisa EROTICS^[2], que aborda o papel da internet na promoção de direitos sexuais e na equidade de gênero, investigando como a rede vem se tornando um importante meio para a discussão da sexualidade e a expressão (sexual) de pessoas que são persistentemente silenciadas off-line (Corrêa, Sívori, Zilli, 2013). A conexão que me parece interessante de realizar aqui com os achados do projeto EROTICS é como muitas vezes a defesa de medidas mais draconianas de regulação da internet, que podem prejudicar seu uso para a promoção de direitos sexuais, tem como justificativa, por um lado, um pânico moral acerca da vulnerabilidade de sujeitos que – imagina-se – necessitariam de serem tutelados, tais como mulheres, jovens e crianças; e, por outro lado, a coibição de conteúdos considerados nocivos, dentre eles alguns que potencializam a agência de minorias sexuais. As medidas protetivas impulsionadas por essa ansiedade moral empurram para fora da rede, por exemplo, discussões e informações sobre saúde sexual, diversidade sexual ou prostituição, ou redes de sociabilidade que se beneficiam do anonimato e da interatividade, como grupos de pessoas trans. Processo semelhante de incitação e alastramento de pânicos morais e exclusão de certas temáticas “perigosas”

pode ser visto atualmente na educação – que conta com sujeitos “vulneráveis” igualmente tutelados – tendo como base um temor difuso diante de percepções nebulosas acerca das diversidades sexuais e questões de gênero.

Não é irrelevante o papel da internet na discussão sobre direitos sexuais ainda sob outra ótica: ela se tornou também um meio para a incitação e propagação do tipo de discurso “fundamentalista” que põe em cheque a promoção de direitos humanos, a diversidade sexual e a promoção de direitos das mulheres. Existem, entre outros formatos, manifestações homofóbicas e sexistas veiculadas em espaços digitais por atores que reivindicam o direito legítimo de expressar-se contra a diversidade sexual e contra os direitos das mulheres e que vêm utilizando de maneira ampla a rede como sua plataforma, como tem sido o caso de líderes religiosos, políticos ou outras figuras públicas que manifestam opiniões conservadoras em relação à sexualidade ou a questões ligadas à emancipação feminina, através de discursos reacionários tanto religiosos quanto laicos. Deixo como exemplos o site e página do Facebook *Escola sem Partido*^[3], que entre suas propostas para Planos de Leis Municipal e Estadual inclui a proibição do ensino da “ideologia de gênero”, bem como as páginas do Facebook *Ideologia de Gênero*^[4] e *Pais Contra a Ideologia de Gênero*^[5], que ligam a diversos conteúdos similares, construindo a ideia de “ideologia de gênero” e a oposição a ela como uma defesa de um ideal de família, na maioria das vezes, de base moral cristã conservadora.

Como mencionado no início, estas questões nos fazem refletir sobre como localizar e defender a alteridade, e em especial uma *queerness*, em processos pedagógicos e contextos educacionais. Para tais reflexões o artigo de Gonçalves Brito é bastante inspirador.

Por fim, a discussão no artigo de Pereira, Holanda e Bezerra serve de base para nos remeter a uma discussão e temática cara à antropologia, o relativismo; bem como a desafios bastante atuais sobre como situar o olhar antropológico de aceitação de todos os pontos de vistas (culturais) como válidos diante de valores que se tornaram centrais (ou deveriam sê-lo) na nossa própria cultura: os direitos humanos, a igualdade de gênero, a diversidade sexual. Quando nos deparamos com culturas e relações de poder que são inconciliáveis com a proposta relativista eurocêntrica, tornar-se-iam os direitos humanos um limite para o próprio relativismo? Baseio-me aqui nas considerações de Rorty^[6] (1998), para quem a aplicação dos direitos humanos sempre depende da noção de *quem* é considerado essencialmente humano. Esta discussão se conecta ainda com a própria autoridade etnográfica e a discussão de Geertz (1997) sobre a “experiência próxima” como a “verdade” do nativo e a “experiência distante”, a tradução do etnógrafo, que conforme indica Coelho (2013), coloca o conhecimento num interessante jogo de verdade e poder, sentimento e racionalidade.

Referências Bibliográficas

- COELHO, M.C. 2013. “A Compreensão do Outro: ética, o lugar do ‘nativo’ e a desnaturalização da experiência”. *Revista Tendências: Caderno de Ciências Sociais*, 7: 21-35.
- CORRÊA, S.; SÍVORI, H.; ZILLI, B. 2012. “Internet Regulation and Sexual Politics in Brazil”. *Development (Rome)*, 55: 213-218.
- DUARTE, L. F. D. 2013. *Religião e ordem civil. Colunas / Sentidos do mundo*, Portal UOL. Disponível em: <http://cienciahoje.uol.com.br/colunas/sentidos-do-mundo/religiao-e-ordem-civil/view>. Acessado em 25/03/2016. Publicado em 07/06/2013 | Atualizado em 07/06/2013.
- GEERTZ, C. 1997. “Do ponto de vista dos nativos’: a natureza do entendimento antropológico”. In: C. Geertz, *O Saber Local – novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis: Vozes.
- RORTY, R. 1998. “Human Rights, Rationality, Sentimentality”. In: R. Rorty, *Truth and Progress – Philosophical Papers*. Cambridge University Press. pp. 167-185.
- SÍVORI, H. 2015. *Editorial: Expandindo as fronteiras da discussão*. Disponível em: <http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=12142>. Acessado em 25/03/2016. Publicado em 07/05/2015.
- WEBER, M. 2004. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.

Bruno Dallacort Zilli (CLAM/IMS/UERJ)

Currículo Lattes

brunozilli@gmail.com

^[1] <http://www.clam.org.br/noticias-clam/conteudo.asp?cod=12142>

^[2] <https://www.apc.org/en/projects/erotics-exploratory-research-project-sexuality-and-o>

^[3] <http://www.programaescolasempartido.org/>

^[4] <https://www.facebook.com/ideologiadegenero.1?fref=ts>

^[5] <https://www.facebook.com/genero2016/>

^[6] Agradeço a Maria Claudia Coelho por me apresentar ao artigo de Rorty, e por inspirar-me com suas próprias reflexões sobre o papel do relativismo na antropologia e sua atual complicada relação com o ideal dos direitos humanos.